

## **Superpopulação relativa e marginalidade social: contribuições teóricas para a análise do excedente de mão de obra na periferia**

Pedro Henrique Evangelista Duarte<sup>1</sup>

**Resumo:** A teoria do valor elaborada por Karl Marx procurou apresentar uma interpretação do funcionamento do modo de produção capitalista, fundamentada na elaboração de leis de tendência e categorias que explicassem a organização e os desdobramentos deste sistema. Dentre essas categorias, Marx formulou as noções de superpopulação relativa e exército industrial de reserva, as quais representavam a formação de um excedente de mão de obra cuja funcionalidade se vinculava diretamente às necessidades e possibilidades de expansão do processo de acumulação de capital. Com base nessa teoria, um conjunto de autores procurou analisar, a partir das especificidades do desenvolvimento do modo de produção capitalista na periferia, quais seriam as formas de manifestação da categoria superpopulação relativa nessas economias, resultando na formulação da tese da marginalidade social. A partir desses aspectos, o presente artigo tem como objetivo a apresentação de duas interpretações da teoria da marginalidade – elaboradas por Jose Nun e Anibal Quijano – mostrando como essas perspectivas contribuem para a formulação da economia política do capitalismo dependente, em especial no que diz respeito à análise do excedente de mão obra nos países capitalistas periféricos.

**Palavras-chave:** Teoria marxista do valor; teoria da marginalidade; massa marginal; polo marginal.

**Abstract:** Karl Marx's value theory presents an interpretation on the capitalist mode of production, based in the elaboration of laws of tendency and categories which could explain the organization and motion of the capitalist system. Among those categories, Marx formulated the ideas of relative surplus population and industrial reserve army, which represent the surplus labor of the economy. The role of the surplus labor in any capitalist economy is connected to the needs and possibilities of the capital reproduction's expansion. Based on this idea, Latin American authors tried to analyze, considering the specificities of the development of the capitalist mode of production in the peripheral countries, what are the manifestations of surplus population category in those economies, resulting in the formulation of the social marginality theory. Considering the theoretical framework above, the aim of this paper is introduce two interpretations of the marginality theory – formulated by Jose Nun and Anibal Quijano – pointing out how it can contribute to the political economy of the dependent capitalism, specially with regard the analyses of the surplus labor in the peripheral capitalist countries.

**Keywords:** Marxist value's theory; marginality theory; marginal mass; marginal pole.

**Área 3:** Economia política, capitalismo e socialismo.

**SUBMISSÃO ÀS SESSÕES ORDINÁRIAS.**

---

<sup>1</sup> Professor adjunto do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia. Contato: pheduarte@ufu.br.

## **Introdução**

A teoria do valor elaborada por Karl Marx, a partir da crítica às percepções da economia política clássica e tendo como pano de fundo o desenvolvimento do capitalismo industrial inglês, procurou apresentar uma interpretação do funcionamento do modo de produção capitalista, fundamentada na elaboração de leis de tendência e categorias que explicassem a organização e os desdobramentos deste sistema. Dentre essas categorias, Marx formulou as noções de *superpopulação relativa* e *exército industrial de reserva*, as quais representavam a formação de um excedente de mão de obra cuja funcionalidade se vinculava diretamente às necessidades e possibilidades de expansão do processo de acumulação de capital.

Ainda que essas categorias representassem leis de tendência do modo de produção capitalista, tal sistema se desenvolveu de maneira não homogênea em diferentes regiões, de tal forma que o capitalismo era caracterizado por particularidades, a depender das condições gerais de funcionamento de cada uma dessas economias. É a partir dessa noção, do desenvolvimento do capitalismo dotado de certas particularidades, que é elaborada a teoria marxista da dependência. O objetivo central dessa teoria era a compreensão do desenvolvimento do modo de produção capitalista em regiões marcadas por serem estruturalmente dependentes e periféricas, fator que condicionava a dinâmica interna aos movimentos gerais do capitalismo internacional.

Partindo da noção de que o capitalismo se desenvolve em determinadas regiões com particularidades, pode-se assumir que as categorias características do mesmo podem, em cada caso, também apresentar suas especificidades. É a partir dessa ideia que são elaboradas as distintas interpretações da chamada teoria da marginalidade. De modo geral, a teoria da marginalidade se voltou à tentativa de compreensão das especificidades da formação do excedente de mão de obra em economias capitalistas periféricas, a partir da percepção de que as condições gerais dessas economias impediam uma permanente absorção nos setores mais avançados de parte importante da oferta de trabalho, pressionando esse contingente populacional a se vincular a formas precárias, instáveis e vulneráveis de trabalho – e, por isso, formas de trabalho chamadas de marginais.

Partindo dessas noções gerais, o objetivo do presente artigo será a apresentação dessas teses, mostrando como a teoria da marginalidade é elaborada a partir das análises formuladas na teoria marxista do valor, no intuito de entender as particularidades da formação do mercado de trabalho, e especificamente do excedente de mão de obra, em economias periféricas. Com o debate acerca dessas teorias, pretende-se construir os argumentos teóricos que fundamentem, ainda na contemporaneidade, a análise das condições de trabalho em regiões periféricas e dependentes.

### **1. A teoria do valor em Karl Marx e a categoria superpopulação relativa**

O processo histórico de conformação do modo de produção capitalista, a partir do estabelecimento dos mecanismos de apropriação dos meios de produção e do valor excedente, e da imposição da força de trabalho como mera mercadoria, se constituiu fundamentado na consolidação de relações de exploração capital-trabalho. A produção do valor, resultado final do trabalho no interior do processo produtivo, e a apropriação de parte do mesmo pela classe detentora dos meios de produção, se tornou o elemento fundante sobre o qual se estruturou não apenas a reprodução do capital mas, para além disso, a própria reprodução ampliada do sistema, que se desdobra num esquema onde a intensificação da exploração do trabalho se firma como elemento predominante desse processo.

Ao elaborar uma interpretação sobre o funcionamento do modo de produção capitalista, calcada na crítica à teoria do valor desenvolvida na economia política clássica por Adam Smith e David Ricardo, Karl Marx discorreu sobre a forma pela qual se estabelece a relação entre capital e trabalho no interior do capitalismo, de tal modo que, ao se consolidar como detentor dos meios de produção, as forças capitalistas determinavam não apenas o ritmo da produção de mercadorias em si, mas o próprio ritmo de produção e reprodução da força de trabalho. Ao impor a subordinação do trabalho ao capital, as relações capitalistas de produção determinaram a forma e o sentido da reprodução da força de trabalho, bem como sua sociabilidade que, da mesma forma, se dariam em função das necessidades do capital. De modo que

*“[a] força de trabalho tem de incorporar-se continuamente ao capital como meio de expandi-lo, não pode librar-se dele. Sua escravização ao capital se dissimula apenas com a mudança dos capitalistas a que vende, e sua reprodução constitui, na realidade, um fator de reprodução do próprio capital. Acumular capital é, portanto, aumentar o proletariado.” (MARX, 1980:714)*

Tal enfoque se estabelece a partir dos mecanismos da divisão do trabalho no processo produtivo e da formação da mais-valia como valor apropriado pelo capitalista na sua relação permanente de exploração com o trabalho. Para explicar o sentido da superpopulação relativa, categoria que nos interessa diretamente, faz-se necessário um breve resgate desses aspectos da teoria marxista do valor. O ponto de partida dessa análise é especificamente a compreensão de como opera a formação da mais-valia na jornada de trabalho, e a apropriação, pelo capitalista, dos valores produzidos pelos trabalhadores, porém não convertidos em formas de remuneração. É a formação da mais-valia e sua reconversão em capital que dá sentido ao processo produtivo e à reprodução ampliada do capital. No entanto, assumindo que apenas a mercadoria “trabalho” é dotada de capacidade criadora de valor, a reprodução do capital requer a elaboração de mecanismos cada vez mais complexos de exploração, os quais permitam extrair, da classe trabalhadora, frações adicionais e crescentes de valor.

De modo geral, Marx (2008) diz que, em sendo uma mercadoria, a força de trabalho tem, conseqüentemente, um determinado valor. O valor da força de trabalho, assim como de toda e qualquer mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à sua produção<sup>2</sup>. Para garantir essa produção, o indivíduo precisa ter acesso a determinada quantidade de meios de subsistência, suficientes para mantê-lo em um nível considerado normal de vida. Nesse sentido, o tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho se traduz no tempo de trabalho necessário à produção de mercadorias cujo valor seja equivalente às mercadorias necessárias à subsistência. Considerando que as trocas se realizam no mercado através de um equivalente comum, pode-se colocar que o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessário à manutenção do indivíduo possuidor da mesma. O valor da força de trabalho se reduz ao valor de uma soma determinada de meios de subsistência e, nesse sentido, varia de acordo com a magnitude do tempo de trabalho exigido para sua produção.

A possibilidade de se criar mais valor está na conjugação dos elementos representados pelo processo produtivo e pela força de trabalho. Marx mostra que, dada uma determinada jornada de trabalho, o trabalhador leva apenas uma parte desta para produzir o valor equivalente a sua força de trabalho. No entanto, o trabalhador executa sua função durante toda a jornada. Considerando que o valor das mercadorias produzidas agrega o valor dos meios de produção necessários para produzi-la, e que o valor correspondente ao salário do trabalhador é produzido apenas em uma parte da jornada de trabalho, pode-se inferir que parte das mercadorias produzidas durante a jornada de trabalho agrega a seu valor parte do valor da força de trabalho, mas esse valor não é repassado ao trabalhador, em forma de salários.

Nesses termos, a mais-valia é o valor gerado como resultante de um processo que agrega mercadorias convertidas em matérias-primas com a mercadoria especial, a força de trabalho, e que torna possível a transformação de um determinado valor inicial ( $D$ ) em um valor maior ( $D' = D + \Delta D$ ) ao final deste mesmo processo. Esse acréscimo de valores só é permitido pela presença da força de trabalho que, ao produzir o equivalente a seu valor em um determinado tempo, permanece produzindo valores, os quais não serão revertidos em salários, mas irão compor os ganhos do capitalista. Como dito anteriormente, ao adiantar capital e adquirir os meios de produção, o capitalista passa a ser o proprietário das mercadorias finais. Na medida em que as mercadorias produzidas por cada trabalhador têm um valor superior ao salário pago aos mesmos, então tem-se que o valor produzido para além dos salários – a mais-valia – é de propriedade do capitalista.

---

<sup>2</sup>Marx considera um tempo de trabalho social médio, na medida em que diferentes trabalhadores possuem diferentes capacidades para realizar trabalho, ou seja, possuem diferentes produtividades. Assim, para ser utilizado como parâmetro de valorização, é preciso definir um tempo de trabalho médio em relação às diferentes capacidades de trabalho.

Dado que o trabalhador leva apenas parte da jornada de trabalho para produzir o correspondente ao valor dos seus meios de subsistência, é possível equacionar a jornada em dois tempos distintos: o primeiro, o *tempo de trabalho necessário*, corresponde ao tempo que o trabalhador leva para produzir a quantidade de mercadorias cujo valor corresponda ao valor mínimo de sua cesta de subsistência; e o segundo, o *tempo de trabalho excedente*, no qual o trabalhador produz mercadorias que, ainda que agreguem seu valor, não resultam em pagamento sob a forma de salários, de tal forma que o trabalhador produz um valor a ser apropriado pelo capitalista. A divisão da jornada de trabalho nesses distintos tempos apresenta a ideia de que o objetivo do capitalista é não apenas comandar a produção de mercadorias, mas também de ampliar o máximo possível o tempo de trabalho excedente, uma vez sendo esse o período de produção da mais-valia<sup>3</sup>.

A possibilidade de modificar a jornada de trabalho a fim de ampliar o excedente a ser apropriado pelo capitalista condiciona o surgimento de duas formas distintas de mais-valia: a *mais-valia absoluta* e a *mais-valia relativa*. A mais-valia absoluta se refere àquela produzida pelo efeito do prolongamento da jornada de trabalho; a mais-valia relativa é decorrente da contração do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na relação quantitativa entre as partes componentes da jornada de trabalho. As duas formas de mais-valia são gestadas dentro do processo produtivo a partir do próprio desenvolvimento das forças capitalistas, principalmente no que diz respeito ao avanço dos métodos produtivos. Os desdobramentos dessas relações recaem no que Marx chamou de “lei geral da acumulação capitalista”, no interior do qual ocorre a formação da superpopulação relativa. Antes de entrar nos meandros dessa lei, é mister destacar e diferenciar as duas formas de reprodução do capital, definidas por Marx, no processo de produção capitalista: a *reprodução simples* e a *reprodução ampliada*.

O processo de produção capitalista, independente de sua forma social, percorre de forma contínua determinadas fases, fazendo com que o processo de produção seja também um processo de reprodução. Uma determinada sociedade só pode manter sua riqueza no mesmo nível substituindo durante certo período os meios de produção consumidos durante a produção; parte determinada da produção anual pertence à produção, e deve se converter em novos materiais para que o processo tenha continuidade. Se o processo de produção é o meio através do qual o trabalho se transmuta em

---

<sup>3</sup>Além de mais-valia, Marx apresenta outras duas noções. A primeira, a taxa de mais-valia, definida a partir da relação entre o trabalho excedente e o trabalho necessário, ou da relação entre a mais-valia e o capital variável, expressa o grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista, ao mostrar não apenas o quão mais elevado é o tempo de trabalho excedente em relação ao trabalho necessário (e, portanto, o quanto a mais se produziu para o capitalista em relação à remuneração do trabalhador), mas também o quanto, para além de seu valor, a força de trabalho (capital variável) foi capaz de produzir. O segundo trata do conceito de massa de mais-valia, que é dada pela magnitude do capital variável adiantado multiplicada pela taxa de mais-valia, ou igual ao valor de uma força de trabalho multiplicado pelo grau de sua exploração e pelo número de forças de trabalho simultaneamente exploradas. Em outros termos, a massa de mais-valia corresponde à somatória de toda a mais-valia gerada durante um processo produtivo, considerando que, em cada processo, há uma quantia não-unitária de força de trabalho empregada.

instrumento capaz de criar valor, a reprodução nada mais é que o meio de reproduzir e de expandir o valor antecipado como capital. Se o capitalista utiliza todo o rendimento gerado em forma de mais-valia para seu consumo pessoal, consumindo-o no mesmo período em que o ganha, tem-se então uma *reprodução simples*, que esquematicamente representa uma mera repetição do processo de produção na mesma escala, já que toda a mais-valia apropriada pelo capitalista é gasta em consumo improdutivo, ou em bens de consumo. Nesse caso, todos os valores gerados são convertidos em forma de consumo individual - especificamente para subsistência, no caso dos trabalhadores, e também em consumo supérfluo, no caso dos capitalistas.

A *reprodução ampliada*, por sua vez, parte de uma lógica oposta: se a reprodução simples permite a visualização da origem da mais-valia a partir do capital, a reprodução ampliada parte do processo de acumulação de capital, originário da transformação da mais-valia em capital. Aqui, a mais-valia não é convertida totalmente em consumo individual ou improdutivo, mas parte dela é transformada em capital para o início de um novo ciclo do processo produtivo. Esse novo ciclo terá uma quantidade de capital superior ao ciclo anterior, com o que se permite adquirir mais meios de produção e, conseqüentemente, ampliar a produção, a qual resulta em uma mais-valia superior. Ainda que esse esquema seja composto pelos mesmos departamentos do esquema anterior, em se mantendo as demais condições, cada novo ciclo terá uma quantidade de capital maior, e por isso, uma mais-valia maior.

A magnitude da acumulação depende sempre da proporção em que a massa de mais-valia se divide em fundo de consumo do capitalista e em fundo de acumulação. Por sua vez, a quantidade de mais-valia é determinada pelo número de trabalhadores simultaneamente explorados, número que corresponde, em proporção variável, à magnitude do capital. Por essa razão, quanto mais cresce o capital em virtude de acumulações sucessivas, tanto mais aumenta o valor global que se reparte em fundo de consumo e em fundo de acumulação.

Nesse sentido, a lei geral da acumulação capitalista se apresenta como o esforço de Marx em formular como se estabelece o processo de acumulação de capital, a partir do estudo sobre a composição do capital e as modificações que ele experimenta no decorrer do processo produtivo, bem como seus impactos, efeitos e determinantes sobre as relações de trabalho. Para tanto, parte da ideia de que, mantida constante a composição do capital, a procura por força de trabalho aumenta à medida que amplia a acumulação.

Em termos de sua composição, o capital pode ser apreciado sobre duas esferas. A primeira, do ponto de vista do valor – chamada de *composição valor* ou *composição orgânica do capital* - é determinada pela proporção na qual o capital se divide em constante (valor dos meios de produção, *c*) e variável (valor da força de trabalho empregada, ou soma global dos salários, *v*). A segunda, do ponto de vista da matéria utilizada no processo produtivo – *composição técnica do capital* – é

determinada pela relação entre a massa dos meios de produção empregados (*MP*) e a quantidade de força de trabalho (*FT*) necessária para empregar esses meios de produção, expressão do quanto de força de trabalho é necessária para acionar determinada quantidade de meios de produção. Supondo a não alteração da composição orgânica do capital, haverá também uma ampliação da procura de trabalho e do fundo de subsistência dos trabalhadores na mesma proporção, e tanto mais rápido será esse acréscimo quanto mais intenso for o processo de acumulação. Como, a cada período produtivo, o capital produz determinada massa de mais-valia que sempre se converte em uma fração de capital, e acréscimo de capital necessariamente se converte em acréscimo de força de trabalho, haverá sempre uma demanda crescente por trabalho. Ocorre que, a depender das necessidades de acumulação do capital, pode-se chegar ao ponto no qual a procura por força de trabalho seja maior que sua oferta. Havendo uma demanda por trabalho superior a sua oferta, o salário pago àqueles que efetivamente estão trabalhando tende a se elevar, de tal forma que os salários passam a ser função do ritmo de crescimento do capital.

No entanto, à medida que o sistema capitalista avança, as condições dadas inicialmente são alteradas. O aumento da produtividade do trabalho traz em si, como condição, a modificação da composição técnica do capital, ao aumentar a massa dos meios de produção comparativamente à massa de força de trabalho que o aciona. Tal modificação se expressa na composição do capital, com o aumento da parte constante às custas da parte variável. Essa modificação se opera na medida em que há, porventura, a introdução de nova maquinaria ou técnicas produtivas que, ao incrementar a produtividade do trabalho, permitem a substituição de mão de obra por esses novos equipamentos. Ou seja, com o aumento da produtividade do trabalho, é possível que a repartição do capital em meios de produção e força de trabalho se altere em favor dos primeiros - para frações adicionais de capital, requer-se uma proporção decrescente de força de trabalho. E, desde que a magnitude relativa da fração que representa o valor dos meios de produção consumidos está na razão direta do progresso da acumulação, ao passo que a magnitude relativa da fração que representa o valor pago à força de trabalho está na razão inversa desse progresso, a produtividade do trabalho necessariamente traz um efeito positivo ao processo de acumulação<sup>4</sup>.

A produtividade do trabalho, nesses termos, possui uma tênue capacidade de provocar uma pressão baixista tanto sobre a massa de salários quanto dos salários em si. Primeiramente, porque a simples modificação na divisão do capital em constante e variável, com a ampliação do primeiro em

---

<sup>4</sup> Importante destacar que Marx (Ibidem, p. 726) aponta que a mudança na composição do valor do capital só revela de maneira aproximada a alteração ocorrida na composição técnica. Isso porque, com o aumento da produtividade do trabalho, não só aumenta o volume dos meios de produção consumidos, mas também cai o valor desses meios de produção em relação a seu volume. O valor dos meios de produção aumenta em termos absolutos, mas não em proporção à ampliação do volume utilizado. Assim, o aumento da diferença entre capital constante e capital variável é menor que o aumento da diferença entre a massa dos meios de produção em que se converte o capital constante e a massa da força de trabalho que se converte em capital variável, ou seja, a variação na composição do capital é menor que a variação na composição técnica do capital.

proporção maior que a do segundo, faz com que uma menor quantidade relativa de trabalhadores seja contratada e, por isso, uma menor massa de salários seja despendida, reduzindo relativamente a soma do trabalho não-pago. Observando do ponto de vista da composição técnica, se um único trabalhador é capaz de modificar uma quantidade maior de meios de produção no mesmo período de tempo com o aumento da produtividade do trabalho, um menor número de trabalhadores será necessário durante o processo produtivo. Com uma menor demanda relativa por trabalho, há uma distribuição desproporcional entre trabalho pago e trabalho não-pago, sempre favor do segundo.

Posto isso, fica determinado que a lógica do aumento da produtividade traz, em si, a redução da parte variável do capital. Se a procura de trabalho é determinada não pelo capital global, mas sim pela sua parte variável, uma ampliação do capital resulta, então, ou na redução de sua parte variável - pela maior destinação de capital para a composição da parte constante - ou em sua incorporação, mas em proporções cada vez menores - no caso de parte do capital se converter em novas plantas produtivas ou em ampliação da produção. De uma forma ou de outra, é sempre necessário que a acumulação de capital global seja acelerada para absorver tanto um número adicional de trabalhadores quanto para manter ocupados os que já estavam empregados. Isto, no entanto, não exclui o fato de que possa existir uma população trabalhadora excedente.

De um modo geral, o aumento do capital variável está sempre associado à sua contraposição, representada seja na repulsão de trabalhadores empregados, seja na dificuldade de absorção da população trabalhadora adicional. Ainda que o aumento do capital global possa se converter em aumento do capital variável, esse aumento se dá coadunado com a redução do número de trabalhadores em outros setores, pela incorporação de tecnologias e pela ampliação da produtividade do trabalho. Ao mesmo tempo, o crescimento populacional inevitavelmente resulta em aumento do contingente de trabalhadores. É assim que, na média, amplia-se a escala na qual a atração maior de trabalhadores está ligada à maior repulsão deles. E é assim que *“a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção de sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente”*. (Ibidem, p. 733).

É a partir desse enfoque que ganha corpo a tese da formação de uma superpopulação relativa, ou exército industrial de reserva, como resultado dos desdobramentos do modo de produção capitalista. A ideia introduzida por Marx se fundamenta na lógica de que, à medida que o sistema capitalista se desenvolve e complexifica as relações de produção, a partir da introdução de técnicas e métodos produtivos mais avançados, é modificada a composição orgânica do capital, conduzindo a um processo de decréscimo relativo da parte variável do capital em relação ao capital total. Em outras palavras, com o progresso da acumulação e da concentração de capital que o acompanha, e que conduz à ampliação da produtividade social do trabalho - representada no volume relativo dos meios



de produção que um trabalhador, durante um determinado tempo e com o mesmo dispêndio de força de trabalho, transforma em produto -, uma proporção cada vez menor de trabalhadores seria agregada ao processo produtivo, em relação a proporções cada vez mais crescentes de capital constante.

De acordo com a análise empreendida por Marx, a superpopulação relativa se manifestaria a partir de diversos matizes, de modo que, dentro das fases alternadas do ciclo industrial, todo trabalhador faria parte dela durante o tempo em que estivesse *desempregado ou parcialmente empregado*. Continuamente, a categoria assumiria três principais formas: 1) *forma flutuante*: composta pelos trabalhadores que, nos centros da indústria moderna, fábricas, manufaturas, etc., seriam ora repelidos, ora extraídos em quantidade maior, de modo que, em seu conjunto, aumentaria o número de empregados, mas em proporção decrescente em relação ao aumento da escala de produção; 2) *forma latente*: parte da população rural que encontra-se na iminência de transferir-se para os centros urbanos, quando a produção capitalista se apodera da agricultura ou nela vai penetrando, diminuindo a procura absoluta da população trabalhadora rural à medida que se acumula o capital que nela funciona; 3) *forma estagnada*: parte do exército de trabalhadores em ação, mas com ocupações totalmente irregulares, os quais se tornaram supérfluos na grande indústria, na agricultura e nos ramos em decadência, situando-se como reservatório inesgotável de força de trabalho disponível submetida a condições de duração máxima de trabalho e mínima de salários, de modo que sua condição de vida se situa abaixo do nível médio da classe trabalhadora. Além dessas três formas, Marx ainda chama a atenção para a esfera do pauperismo, cuja lógica de circunscreve ao *mais profundo sedimento da superpopulação relativa*, composto pelos aptos ao trabalho, órfãos e filhos de indigentes, e os degradados, desmoralizados e incapazes de trabalhar. O pauperismo seria o *asilo dos inválidos* do exército ativo de trabalhadores – para o conjunto daqueles com uma possibilidade de inserção precária - e o *peso morto* do exército industrial de reserva – para o conjunto de marginalizados cuja inserção seria impossível.

O que se percebe da análise de Marx é que a constituição da superpopulação relativa é fator intrínseco ao avanço do modo de produção capitalista, e fundamental para a sustentação deste. Em suas diversas formas, manifesta ser não apenas o resultado da substituição direta de capital por trabalho no processo produtivo, mas principalmente da difusão deste modo de produção pelo conjunto do sistema, capaz de provocar, pela introdução de novas técnicas e sistemas produtivos, a mobilização de trabalhadores entre setores e regiões e, por fim, a formação de uma massa de trabalhadores que, mesmo não estando desocupados, se vinculam a formas produtivas que orbitam em torno da produção capitalista. E tal configuração se consolida não pela incapacidade do sistema, na sua forma típica de operação, de absorver o conjunto da mão de obra disponível, mas porque a existência dessa mão de obra é condição da reprodução e ampliação do sistema.

E é a partir da relação estabelecida entre o desenvolvimento das forças capitalistas e o surgimento de uma superpopulação excedente que se concretiza a lei geral da acumulação capitalista:

Quanto maiores a riqueza social, o capital em função, a dimensão e energia de seu crescimento e, conseqüentemente, a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam a força expansiva do capital. A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza, mas, quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho. E, ainda, quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior, usando-se a terminologia oficial, o pauperismo. *Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista.* (Ibidem, p. 748)

E mais:

Patenteia-se a insanidade da sabedoria do economista que prega aos trabalhadores adaptarem seu número às necessidades de expansão do capital. O mecanismo da produção capitalista e da acumulação adapta continuamente esse número a essas necessidades. O começo desse ajustamento é a criação de uma superpopulação relativa ou de um exército industrial de reserva, e ao fim, a miséria de camadas cada vez maiores do exército ativo e o peso morto do pauperismo. (...) *[Quanto]* maior a produtividade do trabalho, tanto maior a pressão dos trabalhadores sobre os meios de emprego, tanto mais precária, portanto, sua condição de existência, a saber, a venda da própria força para aumentar a riqueza alheia ou a expansão do capital. (Ibidem, p. 748)

Em resumo, o surgimento da superpopulação relativa, ou do exército industrial de reserva, enquanto resultado dos desdobramentos do processo de acumulação e reprodução do capital – de modo que a força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam a força expansiva do capital –, e que se estabelece como lei geral da acumulação capitalista, se coloca como lei de tendência do modo de produção capitalista, a qual ganha novas formas de manifestação à medida que a própria lógica de reprodução do capital se reestrutura no seu movimento dinâmico de expansão. Para além disso, ganhará outras formas de manifestação, vinculadas ao estágio de avanço e às particularidades que o sistema capitalista assume nas diferentes regiões. Elemento que será fundamental, na América Latina, para a formulação das teorias da marginalidade.

## **2. Superpopulação relativa nas economias periféricas**

Ao propor uma análise que fundamenta a categoria superpopulação relativa, Marx objetivou expressar, de forma abstrata, a formação de uma massa de trabalhadores desocupados, em ocupações irregulares ou ainda incapacitados, por razões diversas, para a realização de quaisquer atividades, a partir da experiência do capitalismo industrial inglês. Assumindo tal categoria como um dos aspectos

das leis de tendência do modo de produção capitalista, a observação de sua ocorrência se daria onde quer que o capitalismo se desdobrasse como modo de produção. No entanto, a difusão do capitalismo industrial a nível internacional trouxe diferenciações e especificidades na organização da produção e na forma própria de estruturação da sociedade capitalista, que respondia às particularidades de cada uma dessas regiões. Por essa razão, a formatação do mercado de trabalho também apresenta especificidades, inclusive no que diz respeito à formação da massa de trabalhadores desocupados.

No caso dos países latino americanos, a especificidade se apresenta na forma de articulação de suas economias com os países centrais, a partir do estabelecimento de relações de dependência produtiva, tecnológica e financeira, que resulta na consolidação de um tipo específico de capitalismo, cuja dinâmica responde mais a estímulos externos que à articulação das forças produtivas internas. Essa articulação depende com os países capitalistas centrais, ao determinar a forma de organização em cada uma dessas regiões, acaba também por determinar a forma da relação capital-trabalho que se estabelece nas mesmas. É por isso que diz-se que a relação de dependência não apenas conduz a um tipo específico de capitalismo, mas também a todo um arranjo das estruturas sociais internas que refletem, assim, nas características das relações de trabalho.

O tratamento dessas especificidades, para o caso das economias latino americanas, foi realizado por dois aportes teóricos que, articulados entre si, procuraram analisar e descrever, de um lado, a estrutura produtiva do capitalismo periférico a partir de sua articulação dependente aos países centrais, e de outro, a formação da massa de trabalhadores urbanos, especificamente aqueles que, em decorrência da forma própria de desenvolvimento das forças capitalistas, se situavam fora das atividades produtivas hegemônicas. Passamos, a seguir, ao tratamento de um desses aportes - a teoria a teria da marginalidade<sup>5</sup>. Para os objetivos propostos neste trabalho, importa o tratamento mais específico das teses da marginalidade, uma vez que, como será exposto, trata-se de uma tentativa de expor a formação da superpopulação relativa em economias capitalistas periféricas.

## **2.1 A teoria da marginalidade**

De modo geral, a teoria da marginalidade analisa as formas de integração do conjunto da população no sistema produtivo e, em consequência, na estrutura social. Em outras palavras busca, de um lado, compreender os fatores que condicionam a não absorção de parte da mão de obra disponível, em economias caracterizadas pela heterogeneidade estrutural, nos setores produtivos

---

<sup>5</sup> O outro aporte teórico trata-se da teoria marxista da dependência, cuja lógica de análise passava pela caracterização estrutural da dependência das regiões periféricas a partir de sua articulação aos países centrais, que resultava, de um lado, na permanente transferência de renda dos primeiros para os segundos, e por outro lado, na conformação da superexploração da força de trabalho como forma de manter a lógica de reprodução interna do capital. Para uma análise mais pormenorizada dessa tese, ver Marini (2000) e Santos (2000).

tipicamente capitalistas e, de outro, como essa fração da população se articula produtiva e socialmente para garantir suas condições de reprodução. Nesse sentido, a teoria da marginalidade trata da formação da superpopulação relativa em economias capitalistas periféricas, e como essa superpopulação ganha contornos específicos, seguindo às especificidades da forma de organização da produção dessas economias.

É, então, a partir da teoria da marginalidade que se empreende um esforço teórico no sentido de tentar compreender a formação da superpopulação relativa em economias capitalistas periféricas e dependentes, onde o desenvolvimento industrial, dada sua incompletude e a convivência com setores de baixa composição orgânica do capital e, em consequência, de baixa produtividade, limita a capacidade de integração da massa trabalhadora aos setores dinâmicos, de modo que esta, para garantir sua condição de reprodução, se vincula a formas de trabalho marginais – caracterizados especialmente pelas elevadas intensidade e jornada do trabalho, pela instabilidade e pelos baixos níveis de remuneração – que orbitam e se submetem à dinâmica própria dos setores hegemônicos da economia. Assim, ainda que seja demarcada a existência da superpopulação relativa enquanto tendência geral do modo de produção capitalista, a teoria da marginalidade ressalta a especificidade do capitalismo dependente e periférico, pontuando que a população excedente não apenas é resultado da ampliação da composição orgânica do capital, mas também é um resultado dos próprios limites do desenvolvimento periférico.

Nesse sentido, a noção de marginalidade social se refere a uma situação social caracterizada por problemas de integração no resto da estrutura geral da sociedade, ou de um modo não completo de integração, mais do que por uma ausência de integração. Dessa forma, se fundamenta num modo particular de pertencimento e participação na estrutura geral da sociedade de um conjunto de elementos. Formalmente,

(...) a marginalidade social consistiria em um modo limitado e inconsistentemente estruturado de pertencimento e de participação na estrutura geral da sociedade, seja a respeito de certas áreas dentro de suas estruturas dominantes ou básicas, seja a respeito do conjunto destas, em todos ou em parte de seus setores institucionais. As dimensões analíticas principais deste conceito genérico de marginalidade social são: 1) a limitação no pertencimento e na participação na estrutura geral da sociedade; 2) a inconsistência da estruturação da situação resultante. (QUIJANO, 1978: 43)

A partir dessa noção geral de marginalidade, que tem no estruturalismo histórico seu marco de referência, passamos às distintas análises realizadas dentro desse escopo teórico, e que buscaram reinterpretar, a partir dessa ideia central, a categoria da superpopulação relativa para as economias capitalistas periféricas. Trataremos da abordagem de dois principais autores que se dedicaram ao tema: José Nun e Aníbal Quijano.

### 2.1.1 A teoria da marginalidade em José Nun

No debate acerca da marginalidade social, ganhou especial destaque a tese desenvolvida por José Nun, cujo ponto de partida foi a análise desenvolvida por Karl Marx nos *Grundrisse* (2011). De acordo com essa análise, trabalhadores e meios de produção são fatores fundamentais de todas as formas sociais de produção, e a forma pela qual se combinam é que distingue as diferentes épocas econômicas e estruturas sociais. É a forma específica dessa combinação que estabelece, em cada caso, o tamanho da população que se considera adequada aos esquemas vigentes de produção, de modo que seus limites dependem da elasticidade da forma determinada dessa produção, e variam de acordo com suas condições. A parte da população que excede esses limites permanece como fator virtual, uma vez não conseguindo se vincular aos meios de sua reprodução; esta seria a parte da população denominada de “superpopulação”. Assim, uma vez tendo em comum a base que as determina, os limites da superpopulação seriam delimitados pela população adequada, sendo o excedente da população sempre relativo ao modo vigente de sua produção.

O olhar minucioso a respeito da constituição da superpopulação relativa se assenta na necessidade de sua diferenciação, para o autor, da noção de exército industrial de reserva. Enquanto o primeiro é resultado dos processos específicos do modo de produção capitalista, o segundo se referencia aos efeitos que o primeiro provoca no sistema – em outras palavras, o conceito de exército industrial de reserva corresponde ao exame dos efeitos e das relações da superpopulação relativa com a estrutura global. *Posto em termos mais simples: nesta forma produtiva, nem toda superpopulação constitui necessariamente um exército industrial de reserva, categoria esta que implica uma relação funcional desse excedente com o sistema em seu conjunto* (NUN, 1978:82).

La propia lógica del enfoque hace, entonces, que el fenómeno de la superpoblación no sea estudiado en sí mismo sino en términos de sus consecuencias equilibradoras para el sistema, es decir, en tanto “ejército industrial de reserva”. Este está claramente llamado a cumplir dos funciones en el mercado de trabajo: por una parte, intensifica la competencia entre los obreros y deprime los salarios a nivel del mínimo fisiológico de subsistencia, condición indispensable para la explotación – entendida como “consumo destructivo” de la mano de obra – que promueve “la formación y el acrecentamiento del capital”; por otro lado, mantiene constantemente disponible una masa de trabajadores para que la industria pueda en los meses de mayor actividad, producir en el mercado la cantidad de mercancías requeridas (NUN, 1996: 188).

Para Nun, o objeto da obra de Marx era a instância do modo de produção capitalista em sua fase competitiva, constituído enquanto um negócio formado de empresários individuais, operando em pequena escala e subordinado aos aspectos do mercado. No entanto, tal como pontuado por Pesenti (1965), o ingresso do capitalismo numa nova fase implica na modificação do conjunto de suas características e de suas manifestações, ainda que se mantenha as leis econômicas sobre as quais o

sistema se apoio. De modo que, apesar da verificação da lei da superpopulação relativa tanto na fase competitiva quanto na fase monopolista, mudam seu caráter e seu efeito, trazendo à tona a necessidade de repensar a categoria exército industrial de reserva. Se, na fase competitiva do capitalismo, a superpopulação relativa exerce de maneira plena suas funções diretas - constituição de uma reserva de mão de obra pronta a responder a quaisquer aumentos na demanda por força de trabalho devido a processos de expansão do capital - e indiretas - permanente pressão para que os trabalhadores ocupados se submetam às pressões do capital - e, portanto, se instala como exército industrial de reserva, o mesmo não pode ser dito para o caso do desenvolvimento capitalista em sua fase monopolista.

Assim, o ponto central da análise do autor centra-se na fase monopolista do capitalismo - momento no qual os países latino-americanos iniciam seus respectivos processos de industrialização - quando o aumento da apropriação do excedente pelas grandes empresas via inovação tecnológica e retornos de escala, associado à difusão restringida de tecnologias, ao avanço da mecanização e da demanda por trabalho qualificado, e ao estancamento da demanda industrial de trabalho, resultaram na criação de uma barreira permanente entre os desempregados e os ocupados, de modo que a massa dos não qualificados não apenas se tornou estancada, mas perdeu sua função social, tornando-se um aglomerado de pessoas "socialmente inúteis". Como consequência, essa população excedente perderia tanto sua função direta, de promoção da demanda por trabalho nos momentos de expansão do capitalismo - dado que o aumento da composição orgânica do capital faz com que uma quantidade relativamente menor de trabalhadores seja necessária para uma quantidade crescente de capital - quanto sua função indireta, de pressões sobre o nível dos salários e a intensidade do trabalho - uma vez que o aumento da produtividade permitiria um aumento da exploração do trabalho com melhorias relativas na remuneração.

É desse conjunto da população, que perderia sua função social no esquema produtivo, que surgiria o que o autor chama de "massa marginal", ou seja, a parte *afuncional* ou *desfuncional* da superpopulação relativa, conceito que se situa no nível das relações que se estabelecem entre a superpopulação relativa e o setor produtivo hegemônico. Tal relação implicaria em uma dupla referência ao sistema que, por um lado, gera esse excedente, e por outro, não necessita dele para seu funcionamento. De modo geral, na fase monopolistas, a superpopulação relativa estaria, então, dividida entre um conjunto de trabalhadores desocupados que mantém as funcionalidades típicas da fase competitiva - o exército industrial de reserva - e uma massa de trabalhadores que perde sua função nessa nova fase - a massa marginal. Assumindo que na fase monopolista o aumento da racionalidade das empresas se converte numa permanente redução da racionalidade do sistema, onde a fixação do preço das mercadorias segue mais o critério da máxima extração de benefícios do que os custos de produção, uma parte cada vez maior da superpopulação relativa tende a se tornar massa

marginal, cuja ausência de funcionalidade não é um aspecto requerido pelos agentes econômicos, mas sim um efeito da contradição fundamental entre as relações de produção predominantes e o nível de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas.

Nesse sentido, o autor pontua que a parcela da classe trabalhadora vinculada à massa marginal se trata de uma fração da população que está fora dos esquemas formais de produção, fator que condiciona a noção de que tal grupo perde sua função perante a sociedade. Não haveria, do ponto de vista produtivo, uma participação da massa marginal na organização da sociedade, e não haveria porque a estrutura que se consolida o faz de forma a tornar tal população supérflua, ou não mais adequada.

Levando em conta as especificidades do desenvolvimento capitalista latino-americano, dois fatores teriam condicionado o surgimento da massa marginal. Em primeiro lugar, as descontinuidades do processo de acumulação primitiva de capital. A não ocorrência de uma "revolução agrária" na América Latina, que demarcasse as bases da transição dos regimes de acumulação, e a inserção dependente dos países no comércio internacional, com o não direcionamento do excedente interno para a consecução de um processo industrial, resultaram em restrições no processo de formação de um trabalhador livre, de forma que se perpetuaram, historicamente, formas e mecanismos pré-capitalistas de exploração da mão de obra, com os quais se conecta, de forma proveitosa, o setor hegemônico da economia. Em segundo lugar, a industrialização feita a partir do processo de substituição de importações e sem considerar as características específicas das relações sociais de produção, dentre elas as relações de trabalho, levou à efetivação de um plano de industrialização montado com tecnologias poupadoras de mão de obra, criando um mercado de fatores particularmente imperfeito.

De acordo com Nun (1978: 129-130), seriam três os tipos básicos de implicação marginal no processo produtivo. O *tipo A* compreende os diferentes modos de fixação da mão de obra e subsume quatro categorias principais: a) *rural por conta própria*, agregando as comunidades indígenas, minifundiários de subsistência, pequenos mineiros e outros; b) *rural "sob patrão"*, formado por colonos semi-servis de fazendas tradicionais, comunidades "dependentes" ou "cativas", trabalhadores vinculados por métodos coercitivos mais ou menos manifestos e outros; c) *urbano por conta própria*, formado por pequenos artesãos pré-capitalistas; e d) *urbano "sob patrão"*, formado por trabalhadores, especialmente em serviços domésticos, adstritos a um fundo de consumo e que não recebem salário em dinheiro. O *tipo B* compreende a mão de obra livre de qualquer forma de enraizamento pré-capitalista, mas que fracassa em seu intento de incorporar-se de maneira estável ao mercado de trabalho, no qual se inclui os trabalhadores que são parte do desemprego aberto ou a ocupações refúgio em serviços puros, trabalhadores ocasionais, intermitentes e/ou por temporada. Por fim, o *tipo C* abrange os assalariados dos setores menos modernos, onde as condições de trabalho são mais

rigorosas, as leis sociais tem escassa aplicação e as remunerações oscilam em torno do nível de subsistência, sendo permanentemente afetados pela insegurança básica dos subsistemas econômicos que os provêm.

Considerando as diversas formas de manifestação da marginalidade, e compreendendo que seu único componente não é a desocupação, mas também um conjunto de atividades instáveis e vulneráveis, cabe destacar que, a despeito do critério de sua definição ser a predominância do modo de produção capitalista em sua fase monopolista, esta não é a única forma de organização da produção existente na economia periférica, dada sua convivência com um contingente mais ou menos amplo de pequenas e médias empresas que operam em termos similares a uma economia competitiva. A convivência dessas formas distintas de organização da produção e de processos de acumulação resultam em uma diferenciação crescente no mercado de trabalho, a respeito das quais variam a funcionalidade do excedente da população.

De esta manera, los desocupados pueden ser, a la vez, un ejército industrial de reserva para el sector competitivo y una masa marginal para el sector monopolístico. Pero, además, la mano de obra sobrante en relación a este último no necesariamente carece de empleo y a que puede estar ocupada en el otro sector. Es decir que una baja tasa de desocupación resulta compatible con la existencia de una superpoblación relativa a la gran industria, categorizable como ejército de reserva y/o como masa marginal. En este sentido, su funcionalidad dependerá del grado de satelización del sector competitivo que, en muchos casos, puede estar trabajando para las grandes corporaciones: aparecería así una nueva forma de "*putting out system*" y, de hecho, las pequeñas y medianas empresas estarían contribuyendo a reducir los costos salariales del sector monopolístico (NUN, 1996:202).

O que se percebe então é a interconexão desses dois setores, de modo que há um certo "deslocamento" da mão de obra entre os mesmos, sempre limitado por determinados fatores, em especial os ditados pela qualificação da mão de obra. Nesse sentido, o fato de se pontuar como mão de obra marginal para o setor monopolístico, não encontrando formas de absorção neste, não impede que a força de trabalho se vincule a outros setores, sejam aqueles caracterizados pelos elementos do setor competitivo, sejam os setores marcados pela elevada instabilidade. Do que se pode concluir que o fundamento da análise não se assenta exclusivamente no critério da funcionalidade ou não do excedente, especialmente quando este se encontra vinculado, ou ainda subordinado, ao movimento mais geral do capital.

Em síntese, ao descrever a formação dessa população que orbita à margem do sistema produtivo formal, Nun parte para uma diferenciação de aspectos que, em tese, possuem equivalência na teoria do valor de Marx, qual seja, a possível igualdade entre superpopulação relativa e exército industrial de reserva. Para Nun, tomando a estrutura do capitalismo nos países periféricos, tal equivalência não seria possível, uma vez que a superpopulação relativa se dividiria em exército industrial de reserva - aqueles permanentemente disponíveis a serem absorvidos pelo sistema



produtivo - e a massa marginal - agregando os trabalhadores vinculados a atividades marginais do sistema produtivo. Assim, seria incluído um componente de uma teoria da população na tese de Marx, resultando na formulação do conceito de "população adequada", fator que será aspecto de críticas formuladas por outros autores, dentro do aporte teórico do marxismo<sup>6</sup>.

### **2.2.3 A teoria da marginalidade em Aníbal Quijano**

Tal como na tese formulada por José Nun, Aníbal Quijano parte da noção de que o capitalismo periférico é caracterizado por determinadas particularidades, as quais se convergem no aspecto da dependência. Segundo o autor, a formação sócio-econômica latino-americana é demarcada por uma permanente combinação de relações de produção capitalistas e pré-capitalistas, sempre sob o domínio da primeira. Na produção capitalistas, a introdução de novos setores produtivos nunca seria resultado do desenvolvimento orgânico dos setores precedentes, a partir das necessidades e características dessas economias, mas sim de formações dominantes do sistema global, de modo que sua incorporação, feita sempre de forma fragmentada, seria fruto das decisões dos agentes econômicos que dominam o sistema, bem como resultado de processos que ocorrem no interior das formações sociais dominantes. Assim, a transição de etapas no processo de expansão do capitalismo na América Latina teria um caráter abrupto, que não apenas impediria sua generalização para o conjunto da estrutura produtiva, mas excluía a possibilidade de eliminação das estruturas anteriores - dentre as quais as não capitalistas - conformando um novo nível dentro de cada setor da estrutura produtiva. Nesses termos, à medida em que avança o sistema capitalista a nível global, a incorporação desses elementos na matriz produtiva latino-americana se faz de modo crescente, conduzindo à conformação precária e inconsistente das estruturas de relações de produção e poder político e, por fim, determinando o caráter dependente dessas economias.

A noção de dependência proposta pelo autor vai além daquela delimitada pelo escopo teórico da teoria marxista da dependência, ou seja, reflete não apenas a relação de subordinação entre países centrais e periféricos, mas também a articulação entre estruturas econômico-sociais de distintos níveis de desenvolvimento, dentre um sistema econômico. Ao propor essa noção, Quijano busca na articulação dos elementos internos os fatores característicos da situação dependente.

Para outra corriente, la dependencia es un modo de articulación estructural entre las formaciones económico-sociales de América Latina y las que caracterizan a los países de mayor desarrollo dentro del orden capitalista internacional. Aquí, por lo tanto, no se trata solamente de una subordinación que se organiza por presiones desde fuera, sino de un modo de dominación que se ejerce también desde dentro, es decir, desde el interior de las estructuras económicas latinoamericanas. Por eso, se denomina

---

<sup>6</sup> Aqui, faz-se referência direta à crítica formulada por Fernando Henrique Cardoso à tese da massa marginal de José Nun. Para uma análise mais aprofundada dessa crítica, ver Cardoso (1973).

"dependência estrutural" a ese modo de articulación entre estructuras económicas-sociales de distinto nivel de desarrollo dentro de un sistema común. (QUIJANO, 1971:7-8)

Duas seriam as transformações ocorridas na estrutura econômica latino-americana responsáveis pela convivência permanente de setores com distintos níveis de desenvolvimento. Em primeiro lugar, a generalização da produção industrial de bens e serviços como setor hegemônico; em segundo lugar, a emergência do monopólio como modalidade da organização da atividade econômica. Como essas transformações ocorrem não como parte do processo de expansão e modificação dos setores antes dominantes, mas sim pela incorporação de processos ocorridos nos países centrais, impede-se uma generalização para o conjunto dos setores produtivos da economia, determinando a existência de heterogeneidade estrutural. De modo que se há uma tendência de homogeneização histórica da estrutura global das relações de produção, com a eliminação dos elementos pré-capitalistas que se mantém nas estruturas econômicas e sociais, o mesmo não se replica para a economia latino-americana.

Em resumo, a tendência é que em cada um dos setores básicos da atividade econômica ocorra uma expansão e, em certa medida, uma diferenciação, de um nível de atividades e de mecanismos de organização econômica, que vão perdendo gradualmente toda a capacidade de acesso estável aos meios básicos de produção e aos mercados de rendimentos significativos para as possibilidades de incremento da acumulação de capital. A produção artesanal e o pequeno comércio de bens e serviços, as atividades agropecuárias de baixo nível de produtividade, não apenas não desaparecem, mas tendem a se expandir, configurando um nível de atividade econômica. Este "nível deprimido" da economia contém um conjunto característico de formas de organização do trabalho e, portanto, de ocupações, que empregam recursos residuais de produção, se estruturam de modo instável e precário, geram lucros reduzidos, e que servem a um mercado formado pela própria população incorporada a esse nível de atividade. Esse seria o conjunto de atividades componentes do chamado "polo marginal":

(...) aquí se propone el concepto de "polo marginal" de la economía, para caracterizar este nivel nuevo de la actividad económica latinoamericana, producto de los cambios recientes en el modo de articulación de ésta a partir de la injertación de nuevas modalidades y medios de producción, y en curso de expansión y de diferenciación. (...) Frente a ese modo de considerar el problema, el concepto de "polo marginal" pone de relieve la presencia de una lógica histórica común a todos los niveles de la estructura económica latinoamericana, que produce al mismo tiempo los niveles centrales y los niveles periféricos, y de ese modo articula a ambos en una misma trama estructural, en posiciones distintas (Ibidem:17-18).

Essa configuração das formas produtivas, a sua vez, impõe modificações na quantidade e na qualidade requerida de mão de obra na economia. Do ponto de vista da utilização dos recursos

produtivos, tem-se a prevalência na utilização de novas tecnologias, provenientes da revolução científico-tecnológica, nos setores monopolistas. Do ponto de vista dos interesses sociais que controlam os recursos produtivos, há a concentração da acumulação de capital nas mãos dos grupos cujo ação se vincula aos interesses dos grupos hegemônicos dos países centrais, e quem impedem a livre utilização de tecnologias e recursos em favor dos interesses econômicos e sociais da sociedade dependente. O resultado da combinação desses dois fatores é a concentração da tecnologia apenas nos estratos mais altos da economia, a concentração de seus produtos nas mãos de reduzidos grupos dominantes, o incremento e a concentração da acumulação de capital nas mãos de poucas empresas monopolistas e a transferência da maior parte do excedente aos centros metropolitanos do sistema.

Tal arranjo traria uma série de implicações sobre as relações de trabalho. Em primeiro lugar, reduziria o volume relativo de força de trabalho requerida para os níveis produtivos da tecnologia dominante, fator que acarretaria, juntamente com o incremento da produtividade, um aumento da taxa de exploração do trabalho. Em segundo lugar, dado a modificação dos requerimentos qualitativos da força de trabalho, há uma modificação no mercado de trabalho para tais níveis produtivos, que se torna reduzido, rígido, excludente e concentrado em poucos centros urbanos da sociedade. Por fim, como não há a difusão da tecnologia e dos ganhos de produtividade para o conjunto da economia, é gerada uma concentração de recursos nos setores monopolísticos, bem com uma redução na possibilidade de absorção de mão de obra. Como a imposição de determinadas necessidades qualitativas da força de trabalho não tem aderência às experiências prévias da maior parte da população, ao mesmo tempo em que ocorre simultaneamente ao crescimento da população em seu conjunto, é engendrada uma nova estrutura do mercado de trabalho.

Nestas condições, a mão de obra que é deslocada tanto das atividades rurais quanto das atividades urbanas se vê imersa numa problemática cuja tendência é se intensificar: de um lado, pela permanente expulsão de trabalhadores dos setores primários, seja pelo esgotamento de seus recursos produtivos, seja pela dominação de seus esquemas produtivos pelos setores dominantes, cuja lógica é a implantação de métodos produtivos intensivos em capital; de outro lado, pela consolidação de um setor produtivo urbano que limitam suas exigências quantitativas e qualitativas de mão de obra, reduzindo portanto sua capacidade de absorção. De modo que forma-se um mercado de trabalho em cuja estrutura os setores de mais elevado nível de desenvolvimento tem um caráter excludente de mão de obra, e seus níveis intermediários não tem estabilidade e capacidade de expansão necessária para absorver de modo estável a mão de obra disponível. Produz-se então um setor crescente de mão de obra que, em relação aos setores de atividade hegemônicos, organizados pela grande empresa monopolista, é *sobrante*; e em relação aos setores intermediários, organizados a partir da lógica competitiva, é *flutuante*, uma vez podendo estar, intermitentemente, ocupada, desocupada ou subocupada, seguindo as contingências que afetam esse nível de atividade econômica. Essa mão de

obra que ora assume o caráter de sobranter, ora de flutuante, é o que o autor qualifica como mão de obra marginalizada.

Posto isso, fica clara a necessidade de proposição de um novo conjunto de categorias que vá para além dos limites teóricos propostos pela noção de exército industrial de reserva. Como já apresentado, o exército industrial de reserva, que responde aos movimentos cíclicos de expansão do capital, exerce uma dupla função no desenvolvimento capitalistas, quais seja, a de oferta permanente mão de obra disponível às necessidades de expansão do capital, e de pressão sobre o nível das remunerações do trabalho. Com tais funções, o exército industrial de reserva seria elemento predominante para a possibilidade de expansão da acumulação de capital. No entanto, segundo Quijano, outros elementos passavam a determinar a acumulação de capital no momento de predominância da empresa monopolista. Em primeiro lugar, o fato de que o incremento da produtividade do trabalho se torna crescentemente independente da concorrência entre os trabalhadores por emprego e salário, sendo mais produto das capacidades dos meios de produção. Em segundo lugar, e em consequência, o fato de que a produção industrial não depende mais, fundamentalmente, da quantidade de mão de obra disponível no mercado, mas sim da qualidade das inovações tecnológicas absorvidas na indústria. Desse modo, a mão de obra disponível no mercado não mais se constitui como reserva para os níveis hegemônicos da produção industrial, mas sim uma mão de obra excluída que, conforme avança as mudanças na composição técnica do capital, perde de modo permanente, e não transitório, a possibilidade de ser absorvida na produção urbano industrial. No entanto, essa mão de obra sobranter ao setor hegemônico se mantém vinculada a outras atividades - seja de forma empregada ou em situação flutuante para o setor competitivo, seja vinculada ao conjunto de atividades do polo marginal. Por essa razão, assume a forma de mão de obra marginalizada.

A existência do polo marginal, nesses termos, acarretaria em dois processos que se consolidam como estruturais para a sociedade periférica. Em primeiro lugar, a intensificação da heterogeneidade estrutural e o aprofundamento do subdesenvolvimento e da dependência, uma vez que os avanços do setor monopolístico não se estendem ao conjunto dos setores produtivos. Em segundo lugar, a existência de uma mão de obra marginalizada, com aprofundamento e agudização das diferenciações sociais, e com taxas gradualmente mais elevadas de uma fração da população submetida a processos de pauperização econômica, social e cultural.

Por fim, é preciso considerar que esses processos não ocorrem de maneira estável, sendo próprio a ele a ocorrência de conflitos sociais. Tais conflitos, que refletem sobre a forma de organização das burguesias nacionais, recaem no que o autor chama de "posição de sanduíche": acima deles, a concentração e monopolização do capital, que impede incessantemente seu acesso a determinados recursos; abaixo, a pressão reivindicativa dos trabalhadores, que repercute nesses

estratos burgueses com mais impacto que sobre os grupos monopolistas. Sob essas condições, esses grupos tendem para posições que os vincula de maneira mais concreta à burguesia imperialista como escudo defensivo, para enfrentar o embate reivindicativo e político do trabalhadores (QUIJANO, 1976). Posições essas que, ao abrir espaço para a dominação do capital imperialista, criam a permanente tendência de reprodução dos elementos da economia periférica e dependente.

Em resumo, a tese da marginalidade de Quijano aponta para a consolidação de aspectos da estrutura econômica das regiões periféricas que, pela absorção de esquemas produtivos elaborados fora de sua realidade social, e por terem sido adotados de maneira abrupta, impediram a plena difusão de tecnologias para o conjunto do sistema produtivo, acarretando, de um lado, a convivência de setores produtivos com diferentes graus de desenvolvimento das forças produtivas, e de outro, uma permanente dificuldade de absorção da mão de obra que, frente as dificuldades de adequação ao setor monopolístico, se vincula aos setores componentes do chamado polo marginal, se qualificando, portanto, como mão de obra marginalizada.

### **Considerações finais**

As categorias superpopulação relativa e exército industrial de reserva foram elaboradas por Marx para explicar a formação do excedente de mão de obra nas economias onde prevalece o modo de produção capitalista. A lógica proposta pelo autor era de que, à medida em que se desenvolve esse modo de produção, e há integração de frações de capital crescentes em relação à fração de mão de obra, ou seja, mediante o crescimento da composição orgânica do capital, seria formado um excedente de mão de obra, permanentemente à disposição do capital frente as suas necessidades de expansão. Ao ser pontuado como lei de tendência do modo de produção capitalista, a superpopulação relativa é assumida como fator central no processo de ampliação da acumulação de capital, seja por dar as condições de expansão desse capital, seja por criar pressões sobre a produtividade, a exploração e a remuneração do trabalho. Tal categoria teria diferentes formas de manifestação, a depender do vínculo setorial da mão de obra e das razões que transformavam uma mão de obra ocupada em mão de obra excedente ou precariamente empregada.

Nos debates realizados no campo marxista, a superpopulação relativa ganhou uma série de diferentes interpretações, dentre as quais as apresentadas pela chamada teoria da marginalidade. O aspecto central da teoria da marginalidade era explicar as particularidades da formação da superpopulação relativa em economias periféricas e dependentes, ou seja, economias que não possuem um desenvolvimento capitalista autônomo, e cuja dinâmica é determinada pelas relações político-econômicas mantidas com os países do centro. Tais relações determinam a consolidação das forças produtivas internas, nem sempre desenvolvidas e implementadas de acordo com os recursos

e/ou necessidades dessas economias, mas permanentemente por uma lógica de absorção de tecnologias obsoletas, implementadas em setores específicos e seguindo os interesses de expansão do capital imperialista internacional.

Essa forma de consolidação das relações produtivas, ao não se estenderem para o conjunto dos setores produtivos, acabam resultando na formação de economias caracterizadas pela heterogeneidade estrutural, de um lado, e pela dificuldade de absorção de mão de obra nos setores mais dinâmicos da economia, por outro. É a partir dessa noção que José Nun e Aníbal Quijano desenvolvem suas respectivas teses da marginalidade. Pondo de lado as especificidades de cada tese, o ponto convergente em ambos autores é a tentativa de explicar as particularidades de um mercado de trabalho que ganha forma numa situação de heterogeneidade estrutural e que resulta num caráter de permanente exclusão para parte da mão de obra: no caso dos setores primários, por sua baixa produtividade e por terem seus recursos dominados pelos setores hegemônicos; no caso dos setores de elevada produtividade, tanto por seu nível tecnológico quanto pelas exigências qualitativas e quantitativas em relação à mão de obra. Nesse sentido, parte da mão de obra se vê excluída dos esquemas produtivos centrais, tornando-se *afuncional* - no caso de Nun - ou *sobrante e flutuante* - no caso de Quijano. Para ambos, uma mão de obra marginalizada, vinculada a setores instáveis, vulneráveis, de baixa produtividade e remuneração e que, por isso, transitam à margem dos setores produtivos hegemônicos.

Efetivamente, importa destacar dois aspectos. Em primeiro lugar, o esforço dos autores no sentido de compreender as especificidades da formação de um mercado de trabalho em economias que, similarmente, apresentam particularidades, a despeito de serem economias capitalistas. Visivelmente, essa mão de obra se reproduziu ao longo da história das economias capitalistas periféricas, por vezes assumindo outras feições - como o trabalho por conta própria, o informal, o subocupado e o desempregado oculto - mas sempre mantendo o elemento central que a caracteriza: o fato de ser alijada dos esquemas produtivos formais e, por isso, ter que se vincular a formas de trabalho instáveis como forma de garantir sua reprodução. Lógica essa que conduz uma série de outros fatores, como pobreza, desigualdade de renda, e para além dos aspectos econômicos, de marginalização social, política e cultural. Assim, a análise fundamentada pela teoria da marginalidade seguiu os traços dos debates empreendidos desde a década de 1940, e que buscaram a construção de uma base teórica que tivesse como cerne as características específicas da região latino-americana, tal como o foram o estruturalismo cepalino - ainda que este tenha se desenvolvido fora do campo marxista - e a vertente marxista da teoria da dependência - que também buscou uma compreensão sobre as relações capital-trabalho, a partir da categoria superexploração do trabalho.

Em segundo lugar, e em decorrência do primeiro aspecto, a necessidade de um rigor teórico no tratamento destas distintas categorias que, a despeito de serem complementares, possuem

diferenças do ponto de vista da definição do excedente de mão de obra. Ao tratar da superpopulação relativa, Marx chama a atenção para a formação de uma população excedente, a partir do incremento da composição orgânica do capital, que está permanentemente à disposição das necessidades de expansão do capital e que, por isso, se expande e se contrai a depender da dinâmica do primeiro. O que não quer dizer que a formação do excedente seja exclusivo do desenvolvimento da indústria; é, antes de mais nada, fator próprio ao modo de produção capitalista, e se constituiu nos esquemas dinâmicos de expulsão, repulsão e absorção de trabalhadores entre setores e regiões produtivas. A teoria da marginalidade, por sua vez, trata de um excedente que extrapola as necessidades de expansão do capital e, por isso, está para além da superpopulação relativa. Os trabalhadores marginais, nesse caso, se enquadram como trabalhadores sem funcionalidade direta para o desenvolvimento capitalista, ou mão de obra sobrando para as atividades hegemônicas, para as quais ainda está disponível a fração da superpopulação relativa que lhe é funcional, ou seja, o exército industrial de reserva. De modo que que condicionaria a formação desse excedente adicional seriam as características específicas dessas economias, em especial o descolamento de sua estrutura produtiva com sua estrutura social.

## **Referências bibliográficas**

ANTUES, R. (1999). *Os sentidos do trabalho*. Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, Boitempo Editorial, 1º edição.

BAMBIRRA, V. (1978). *Teoría de la Dependencia: una anticrítica*. México: Era.

BIELSCHOWSKY, R. (2000). *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro, São Paulo, Record, 1º edição.

CARCANHOLO, M. D. (2009). Dependência e superexploração do trabalho no desenvolvimento periférico. In: MARTINS, C. E. e VALENCIA, A. S. (orgs.). *América Latina e os desafios da globalização – Ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial/Editora PUC Rio. (pgs. 251 – 264).

\_\_\_\_\_. (2013). “(Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho”. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.). *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: IPEA. (pp. 71-98).

CARDOSO, F. H. (1973). Comentários sobre os conceitos de superpopulação relativa e marginalidade. In: Fernando Henrique Cardoso. *O modelo político brasileiro*. São Paulo, Difusão Européia, pp. 100-130.

KOWARICK, L. (1974). Capitalismo, dependência e marginalidade urbana na América Latina: uma contribuição teórica. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, número 08, pp 78-96.

\_\_\_\_\_. (1985). *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. São Paulo, Paz e terra, 4º Edição.

- MARINI, R. M. (1992). *América Latina – Dependência e integração*. 1 edição. São Paulo: Página Aberta Ltda.
- \_\_\_\_\_. (2000). *Dialética da dependência – uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis – RJ: Editora Vozes.
- MARX, K. (2009) *O Capital*. Crítica da economia política. Livro primeiro: o processo de produção das mercadorias. 1º edição [186]. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 23º edição.
- \_\_\_\_\_. (2011). *Grundrisse - Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- \_\_\_\_\_. (1980). *Teorias da mais-valia – História crítica do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- NUN, J. (1969). *Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal*. Revista Latinoamericana de Sociología, número 02.
- \_\_\_\_\_. (1996). Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal. In: MARINI, R. M.; MILLÁN, M. (Coord.). *La teoría social latinoamericana - Tomo II: La teoría de la dependencia*. México, D.F.: Ediciones El Caballito, S.A. Universidad Nacional Autónoma de México.
- \_\_\_\_\_. (1978). Superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal. In: PEREIRA, L. (Org.). *Populações marginais*. São Paulo: Livraria Duas Cidades. Coleção História e Sociedade. Universidade de São Paulo.
- OLIVEIRA, F. (2011). *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo Editorial, 3º reimpressão.
- PESENTI, A. (1965). *Lecciones de economía política*. Caracas: Ediciones de Cultura Popular.
- POCHMANN, M. (2012). *O emprego na globalização*. A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo, Boitempo Editorial, 1º edição revisitada, 2012.
- PREBISCH, R. (1964). *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 2º Edição.
- QUIJANO, A. (2000). *Polo marginal de la economía y mano de obra marginalizada*. Lima, Universidad Católica.
- \_\_\_\_\_. (1978). Notas sobre o conceito de marginalidade social. In: PEREIRA, L. (Org.). *Populações marginais*. São Paulo: Livraria Duas Cidades. Coleção História e Sociedade. Universidade de São Paulo.
- SALAMA, P. (2002). *Pobreza e exploração do trabalho na América Latina*. São Paulo, Boitempo Editorial, 1º edição.
- SALM, C. (1974). Evolução do mercado de trabalho, 1969/1972. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, número 08, pp. 104-119.



SANTOS, T. (2000). *Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1º edição.